

A democracia portuguesa em perspectiva comparada**

A transição de Portugal para a democracia é notável sob vários pontos de vista. O primeiro tem que ver com o seu *timing*: foi a primeira da «terceira vaga» de transições democráticas. Como tal, não existiam modelos previamente estabelecidos e a incerteza sobre o futuro curso dos acontecimentos era elevada. Tendo ocorrido numa época em que continuava a verificar-se na América do Sul e no Sul da Ásia uma contratendência para regimes autoritários, havia pouca confiança entre os observadores portugueses e estrangeiros de que o processo culminasse num regime democrático estável. Uma segunda característica digna de nota da transição portuguesa foi a sua muito descontínua trajetória. De facto, envolveu duas transições distintas: a primeira foi o golpe militar que eliminou rapidamente o regime autoritário de direita de Salazar/Caetano e implantou em seu lugar uma junta militar de esquerda revolucionária; a segunda foi uma transição que instalou gradualmente um regime democrático por meio do afastamento dos militares do poder e do estabelecimento de instituições autónomas de autogoverno civil e, quinze anos após o golpe inicial, da remoção da Constituição de importantes obrigações revolucionárias. Uma última característica notável da transição de Portugal para a democracia foi a de que, de entre todas as transições da Europa meridional e da América Latina das décadas de 70 e 80, foi a única em que a mudança política surgiu associada a uma revolução social e económica.

Qual tem sido, pois, o legado deste grande acontecimento? Será que a invulgar natureza da transição portuguesa terá deixado no actual regime demo-

* Ohio State University, Departamento de Ciência Política.

** Este artigo é uma versão alargada de uma comunicação apresentada à conferência «A democracia portuguesa: problemas e desafios», realizada no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa a 7 de Maio de 1999. Gostaria de expressar a minha profunda gratidão aos organizadores desta conferência, em particular a Pedro Magalhães, por tornarem possível esta comunicação.

crático quaisquer características distintivas? É certo que, no curto e médio prazo, o processo «acidentado» da mudança política implicou uma elite militar não democrática relutante em conceder à sociedade civil o direito à autodeterminação, dificultando e atrasando em grande medida as etapas finais da transição. De facto, o regime semidemocrático que nasceu com a promulgação de uma nova Constituição em Abril de 1976 foi tornado possível apenas por meio de um contragolpe perpetrado em Novembro de 1975 por oficiais de uma ala mais moderada do Movimento das Forças Armadas e esse regime só pôde ser considerado em substancial conformidade com a maioria das definições *processuais* da democracia em 1982, no seguimento da abolição do Conselho da Revolução.

Um outro legado de médio prazo da transição foi que as «conquistas da revolução» foram consagradas no texto da própria Constituição, que colocou importantes domínios políticos fora da jurisdição das autoridades eleitas e para lá do controle do processo democrático. Por conseguinte, esta moldura institucional não pode ser considerada inteiramente democrática antes das reformas constitucionais de 1989. Assim, no curto e médio prazo, a natureza complexa desta transição dual teve, de facto, um impacto significativo sobre a emergência da democracia portuguesa: enquanto a extinção do regime autoritário de direita foi extraordinariamente rápida e completa, os processos de democratização e de consolidação democrática foram extremamente demorados.

E quanto ao impacto de longo prazo desta transformação política revolucionária? Terá continuado a afectar a natureza e funcionamento da democracia portuguesa ou a conceder-lhe características que podemos considerar distintivas ou mesmo únicas? Agora, que já transcorreu um quarto de século desde as fases iniciais da transição, é-nos possível chegar a algumas conclusões hipotéticas quanto ao legado da revolução portuguesa.

Talvez a melhor forma de identificar quaisquer traços distintivos da democracia portuguesa seja enquadrar o país num amplo contexto comparativo, a par de outros sistemas democráticos, e utilizar um conjunto de critérios comuns para avaliar a natureza das suas instituições e práticas democráticas. Fá-lo-emos tanto no que respeita às instituições formais do governo em Portugal como no que diz respeito aos notáveis padrões de comportamento que emergiram ao longo dos últimos vinte e cinco anos. O ponto de partida para a nossa análise utiliza o já clássico esquema de classificação dos sistemas políticos de Arend Lijphart, que distingue entre «democracias maioritárias de tipo Westminster», das quais o sistema democrático britânico é o arquétipo, e «sistemas democráticos consensuais», que encontram nas democracias *consociativas* da Suíça e dos Países Baixos os seus exemplos mais puros¹. A utilização desta moldura teórica não só nos permitirá comparar sistematicamente Portugal com vinte e três outras democracias que temos vindo a analisar, como também o seu esquema de codificação standardizado tornará possível a monitorização da evolução

¹ Arend Lijphart (1984), *Democracies: Patterns of Majoritarian and Consensus Government in Twenty-one Countries*, New Haven, Yale University Press.

das características-chave da democracia portuguesa ao longo do tempo. Avançaremos posteriormente para a comparação sistemática do comportamento eleitoral em Portugal e numa série de outras democracias ocidentais.

TIPOS DE SISTEMAS DEMOCRÁTICOS

As categorias de Lijphart são constituídas por duas dimensões separadas, cada uma das quais é uma combinação de diversas características institucionais-chave do regime. A primeira das dimensões que iremos analisar contrasta os *sistemas federais* com os *sistemas unitários*. No extremo «unitário» deste *continuum* encontramos os sistemas políticos nos quais o poder, os recursos económicos e a capacidade para alterar efectivamente a ordem constitucional se encontram concentrados nas mãos de uma elite governamental centralizada. No extremo oposto do espectro situam-se aqueles regimes que devolvem um grau significativo de autoridade e recursos de decisão a unidades governamentais subnacionais, garantindo o seu controle e equilíbrio por meio de um sistema bicameral efectivo, e que funcionam no interior de uma moldura constitucional claramente estabelecida que oferece forte protecção aos direitos das minorias. Em conformidade, a distribuição dos sistemas democráticos neste *continuum* federal *versus* unitário baseia-se em três indicadores. O primeiro distingue entre os sistemas que apresentam uma legislatura *bicameral equilibrada e incongruente* (ou seja, duas câmaras legislativas com poderes mais ou menos iguais, mas diferentes composições de membros) num dos extremos do espectro, e os sistemas unicamerais no extremo oposto. Entre estes dois extremos encontramos os sistemas nos quais uma das câmaras legislativas é claramente dominante, ou em que ambas as câmaras são similares em termos de composição. A segunda dimensão (que se desvia ligeiramente dos indicadores clássicos de Lijphart)² envolve o grau de descentralização do controle sobre os recursos fiscais e pode ser medida pelo *share* combinado das despesas dos governos locais, regionais, provinciais e/ou estatais enquanto percentagem do total de despesas de todos os níveis do governo (excluindo a segurança social). Finalmente, a medida pela qual um regime apresenta uma constituição elaborada e relativamente rígida, cujas disposições são defendidas por uma magistratura independente e estão

² O indicador de Lijphart foi o *share* de receitas fiscais coligidas pelo governo central. Subsequentemente chegámos à conclusão de que a medição baseada na colecta fiscal pode desvirtuar substancialmente a medida pela qual os níveis subnacionais de governo (região, estado, província, municipalidade) são empossados de autoridade para formularem e implementarem políticas governamentais, já que em muitos países o governo central transfere subsequentemente uma parte das receitas fiscais para estados e localidades sob a forma de (na terminologia americana) *block grants*. Isto aplica-se em particular ao caso da Espanha, onde a utilização de um indicador de «receitas fiscais» seria absolutamente enganador. Assim, decidimos utilizar um novo índice baseado na percentagem das despesas totais do governo (excluindo a segurança social) pelos níveis de governo locais e regionais.

protegidas contra alterações indevidas pela obrigatoriedade da aprovação das emendas por maioria extraordinária, funciona como o terceiro indicador que compõe a dimensão federal/unitária. A constituição consuetudinária da Grã-Bretanha estabelece o outro extremo deste *continuum*.

Como podemos ver no quadro n.º 1, Portugal situa-se bem perto do extremo *unitário* do espectro. Apenas a Grã-Bretanha, a Islândia e o Luxemburgo são mais centralizados na sua distribuição de poder e recursos.

Democracias federais versus unitárias

[QUADRO N.º 1]

1.º período		2.º período		3.º período		1955-1992	
						Reino Unido	1,50
						Islândia	1,45
						Luxemburgo	1,22
Portugal (1976-80) .	1,01	Portugal (1980-87) .	1,13	Grécia (1989-96) . .	0,93	Portugal (1976-95) .	1,00
Grécia (1974-81) . .	0,89	Grécia (1981-89) . .	0,89	Portugal (1987-95) .	0,88	Grécia (1974-96) . .	0,90
						França IV	0,78
						Suécia	0,54
						Finlândia	0,47
						França V	0,45
						Bélgica	0,40
						Irlanda	0,34
						Noruega	0,34
						Dinamarca	-0,23
						Áustria	-0,10
Espanha (1977-82) .	0,22	Espanha (1982-89) .	-0,27	Espanha (1989-96) .	-0,28	Espanha (1977-96) .	-0,23
Itália (1946-79) . .	-0,38	Itália (1979-82) . .	-0,32	Itália (1992-96) . .	-0,50	Itália (1946-96) . .	-0,35
						Holanda	-0,38
						Canadá	-0,97
						Austrália	-1,33
						Suíça	-1,39
						Alemanha	-1,50
						Japão	-1,52
						Estados Unidos . .	-1,93

Na verdade, esta ordenação escalonada, baseada numa dimensão compósita constituída por três indicadores diferentes, não representa de modo adequado o grau de singularidade de Portugal. Quando dividimos os principais componentes deste índice compósito, descobrimos que a posição excepcional de Portugal é, num aspecto fundamental, mais notável ainda. Em termos de percentagem do total de recursos governamentais gastos pelo governo central (em oposição aos corpos governamentais locais ou regionais), Portugal emerge como a mais centralizada de todas as democracias estabelecidas deste conjunto de dados. Como podemos v. no quadro n.º 2, entre 1980 e 1989, uma média de quase 89% de todas as receitas foi gasta pelo governo central. E esta posição não tem sofrido grandes alterações ao longo do tempo.

A segunda das dimensões de Lijphart é mais complexa e multifacetada. É a dimensão «executivos/partidos». Distingue entre as instituições e práticas polí-

Descentralização: a despesa governamental local e regional
enquanto percentagem da despesa total do governo,
excluindo a segurança social

[QUADRO N.º 2]

1.º período		2.º período		3.º período		1945-1996	
						Suíça	72,6
						Japão	67,8
						Canadá	59,3
						Dinamarca	59,2
						Alemanha	56,1
						Estados Unidos	50,8
						Finlândia	50,8
						Austrália	49,9
						Holanda	47,6
						Suécia	47,2
				Espanha (1992)	44,0	Noruega	45,2
						Áustria	39,4
Itália (1980)	37,3	Itália (1985)	35,4	Itália (1992)	34,0	Itália (1955-92)	36,5
		Espanha (1985)	34,3			Irlanda	34,2
						Espanha(1980-92)	32,9
						Reino Unido	32,6
						França V	29,4
						França IV	27,8
						Islândia	26,2
Espanha (1980)	17,1					Bélgica	19,8
Grécia (1980)	15,4	Grécia (1985)	15,4	Portugal (1989).	16,2	Grécia (1980-93)	14,9
Portugal (1980)	11,0	Portugal (1985)	6,8	Grécia (1993)	12,4	Portugal (1980-89).	11,4

Fonte: OECD, *National Accounts*, quadros pormenorizados, vol. II, 1977-1989 e 1981-1993. Estes dados não incluem as despesas da segurança social. Os valores representam o total da despesa governamental local e regional (quadros 6.3 para a maior parte dos países, quadros 6.2 mais 6.3 para a Áustria, Canadá, Alemanha e Suíça) enquanto percentagem da soma da despesa governamental local e regional mais a despesa do governo central (quadro 6.1). Excepto nos casos da Grécia e da Suíça (devido à ausência da publicação de um relatório de acumulação de capital), estas despesas representavam a soma das linhas 22, 23, 26, 27 e 36, menos a linha 29 do relatório de receitas e despesas, mais a soma das linhas 9, 10, 13, 14 e 15, menos a linha 16 do relatório de acumulação de capital. Assim, representam a soma do consumo, despesas, rendimento de propriedade, subsídios e transferências (excluindo as transferências para outros subsectores governamentais), aumento de *stocks*, formação de capital bruto, aquisições líquidas de terras e bens intangíveis e transferências de capital (excluindo transferências para outros subsectores governamentais).

ticas que têm o efeito de produzir maiorias parlamentares de modo a permitirem a um partido (ou a um muito pequeno número de partidos) formar um governo forte e permanecer no poder ao longo de um prolongado período de tempo, por um lado, e o seu oposto, ou seja, aquelas instituições e práticas políticas que resultam em sistemas e/ou governos partidários parlamentares que reflectem de modo exacto a diversidade das preferências políticas do eleitorado, talvez às custas da estabilidade governamental. Esta última categoria envolve também processos políticos governamentais baseados em consultas e consensos interpartidários mais amplos.

A classificação de vinte e quatro regimes democráticos de acordo com esta dimensão compósita (v. quadro n.º 3) revela que Portugal se situa perto do centro. Ao longo das duas últimas décadas, a sua pontuação média na dimensão maioritária/consensual (-0,14) situa-o quase exactamente no ponto central desta escala, virtualmente equidistante entre a altamente maioritária Nova Zelândia (+1,55) e a consensual Suíça (-1,59). Se fosse esta a única conclusão a tirar daqui, o nosso artigo seria bem curto e desinteressante. Poderíamos limitar-nos a concluir que a democracia portuguesa é

Democracias maioritárias versus consensuais, 1945-1996:
a dimensão «executivos/partidos»

[QUADRO N.º 3]

1.º período		2.º período		3.º período		1945-1996	
Grécia (1974-81) . . .	1,29	Grécia (1981-89) . . .	1,00	Portugal (1987-95)	1,24	Nova Zelândia . . .	1,55
						Canadá	1,45
						Reino Unido	1,45
						Austrália	1,41
Espanha (1977-82) . . .	-0,06	Espanha (1982-89) . . .	0,64	Espanha (1989-96) . . .	0,53	Estados Unidos . . .	0,78
						Grécia (1974-96) . . .	0,72
						Grécia (1989-96) . . .	0,66
						Áustria	0,53
						Irlanda	0,34
						Luxemburgo	0,29
						França V	0,28
						Japão	0,20
						Islândia	-0,04
						Portugal (1976-95)	-0,14
Portugal (1976-80)	-0,81	Portugal (1980-87)	-0,90	Alemanha	-0,15	Noruega	-0,20
						Suécia	-0,25
						Dinamarca	-0,76
						Bélgica	-0,92
Itália (1946-79) . . .	-0,98	Itália (1979-92) . . .	-1,35	Itália (1992-96) . . .	-1,56	Holanda	-1,06
						Itália (1946-96) . . .	-1,16
						Finlândia	-1,42
						Suíça	-1,59
						França IV	-1,80

* Se as nossas regras de contagem fossem modificadas de modo a reflectirem a mudança qualitativa do comportamento de coligação a partir de 1994, esta percentagem seria de 42.

invulgarmente centralizada, mas que a natureza do seu sistema partidário e das suas relações executivas-legislativas é apenas mediana. Fim da história. Contudo, uma análise mais profunda da evolução histórica de Portugal, especialmente quando examinamos separadamente os vários indicadores que constituem a dimensão executivos/partidos, revela diversos padrões interessantes, os quais, por sua vez, levantam novas questões analíticas.

Como podemos ver no quadro n.º 3, as classificações globais de Portugal em diferentes períodos da era democrática indicam que o seu regime democrático

passou por uma notável transformação. Ao longo da primeira década de regime democrático, o sistema político de Portugal manteve-se junto ao extremo consensual do espectro — não muito longe da multilingue Bélgica, ou mesmo do clássico sistema consociativo dos Países Baixos. A partir de 1987, contudo, Portugal tem estado mais perto do pólo maioritário desta escala — de facto, tem-se revelado mais maioritário do que os Estados Unidos e não muito afastado das anglo-democracias da Austrália, Canadá e Nova Zelândia e do prototípico sistema Westminster da Grã-Bretanha. O mais notável é que esta mudança política é de magnitude substancialmente superior à recentemente experimentada pela Itália com a dissolução da sua assim chamada «primeira república», que se manteve junto ao extremo «consensual» do espectro, não obstante os esforços para tornar o sistema mais maioritário.

Quais as características do sistema democrático português responsáveis por esta dramática mudança e quais os factores que ajudam a explicar o porquê da ocorrência destas mudanças? Para respondermos a esta questão é necessário decompor a dimensão compósita executivos/partidos de Lijphart. Um dos componentes dessa dimensão é a durabilidade do executivo, medida pelo número de meses em funções de um única configuração partidária do governo. Como podemos ver no quadro n.º 4, uma das mais dramáticas mudanças na democracia portuguesa foi o substancial aumento da durabilidade do executi-

Durabilidade do executivo (número de meses entre as mudanças de governo)

[QUADRO N.º 4]

1.º período		2.º período		3.º período		1945-1996	
Grécia (1974-81) . .	83	Grécia (1981-89) . .	93	Portugal (1987-95).	98	Austrália	119
	Espanha (1977-82)		66		Espanha (1982-89)	83*	Espanha (1989-96) . .
Itália (1945-79) . .	17	Portugal (1980-87).	23	Grécia (1989-96) . .	22	Áustria	100
	Portugal (1976-80).		12		Itália (1979-92) . .	17	Canadá
						Reino Unido	94
						Nova Zelândia	74
						Luxemburgo	65
						Suécia	61
						Alemanha	60
						Irlanda	49
						Noruega	48
						Grécia (1974-96) . .	44
						Holanda	36
						Portugal (1976-95).	36
						Islândia	34
						Dinamarca	34
						Bélgica	27
						Itália (1945-96) . .	17
						Itália (1992-96) . .	10
						França IV	9

* O valor cumulativo é mais longo do que qualquer um daqueles para os três períodos diferentes, já que não se verificaram mudanças na composição partidária do governo entre 1982 e 1996 – que abrange os dois períodos apresentados separadamente nas colunas 2 e 3.

vo. Ao longo dos primeiros doze anos da sua história democrática, Portugal apresentou um dos mais lamentáveis cadastros de instabilidade governamental da Europa. Entre 1976 e 1980, e utilizando as muito cautelosas regras de contagem de Arend Lijphart, houve um novo governo de coligação em cada doze meses — um cadastro apenas ultrapassado pelo da IV República francesa. Se bem que nos primeiros anos da década de 80 se tenha assistido a um pequeno aumento da durabilidade do executivo, Portugal continuou a situar-se perto do fundo desta lista de vinte e quatro regimes democráticos. Contudo, em 1987, com a eleição do primeiro governo PSD de Cavaco Silva com uma clara maioria parlamentar ocorreu uma mudança aparentemente duradoura que reverteu completamente o anterior padrão. O PSD repetiu o sucesso nas eleições de 1991, permitindo a Cavaco Silva manter o poder governamental durante dez anos. Nas eleições de 1995 foi o opositor Partido Socialista (PS) que conseguiu formar um governo de partido único.

Esta mudança encontra um paralelo na alteração igualmente dramática ao nível da composição partidária dos governos. Uma das características-chave do maioritarismo é a formação de governos sustentados apenas por uma coligação de *maioria mínima* entre partidos parlamentares. O seu oposto polar é a formação de governos de coligação multipartidária «excessiva» que incluem um número significativamente maior de partidos do que o estritamente necessário para a estabilidade do governo e a execução da legislação, mas que permitem um mais amplo leque de consultas e consensos interpartidários na formulação das políticas governamentais. Algures entre estes dois extremos encontramos os governos minoritários, que umas vezes dependem de modo estável e previsível do apoio parlamentar de um ou dois partidos (uma situação análoga à dos governos de coligação de *maioria mínima*), mas que outras vezes alternam de um partido para outro em busca de um consenso de apoio. Como podemos ver no quadro n.º 5, em 1987 Portugal afastou-se abruptamente do seu anterior padrão de governos fragmentários multipartidários, entrando num período de governos maioritários de partido único, primeiro sob a liderança de centro-direita de Aníbal Cavaco Silva e, depois sob os socialistas. De facto, é esta alternância no poder de dois governos maioritários o aspecto mais interessante desta mudança, já que representa um acentuado desvio em relação ao padrão mais típico no qual o realinhamento de um sistema partidário eleva um partido a um estatuto predominante ou dominante ao longo de um período de tempo prolongado (como aconteceu com o Partido Democrata americano entre 1932 e 1952). Em vez disso, encontramos em Portugal dois governos adversários de partido único. Além disso, a volatilidade *interblocos* do eleitorado português no atravessar da fronteira entre esquerda e direita emerge destes dados como um fenómeno digno de análise (ao qual regressaremos mais adiante).

Até certo ponto, esta mudança para governos de coligação de *maioria mínima* é o resultado de uma redução do *número efectivo de partidos*³ no parlamento. Como podemos ver no quadro n.º 6, o número efectivo de partidos no parlamento português declinou abruptamente de 3,97 durante o

Percentagem de tempo sob governo de coligação de maioria mínima

[QUADRO N.º 5]

1.º período		2.º período		3.º período		1945-1996	
Grécia (1974-81) . .	100	Grécia (1981-89) . .	100	Portugal (1987-95). 100		Nova Zelândia . . .	100
		Espanha (1982-89)	100			Grécia (1974-96) . .	99
						Luxemburgo	97
						Reino Unido	96
						Islândia	90
						Austrália	90
						Canadá	90
						Irlanda	87
						Japão	86
						Noruega	75
						Portugal (1976-95). 74	
						Espanha (1977-96).	73
						Bélgica	70
						Alemanha	70
Portugal (1976-80).	64			Espanha (1989-96) .	64	Suécia	63
						Dinamarca	63
Espanha (1977-82)	50	Portugal (1980-87).	48			Áustria	58
						Holanda	50
Itália (1946-79) . .	36					França V	48
						Itália (1946-96) . .	26
						Finlândia	27
						França IV	20
		Itália (1979-82) . .	4	Itália (1992-96) . .	16	Suíça	0

período entre 1980 e 1987 para 2,38 após 1987. Ao longo da primeira década de política democrática, o sistema partidário português incluía quatro importantes partidos parlamentares, que formaram uma série de mutáveis e instáveis governos de coligação. Nas eleições de 1985, o sistema partidário tornou-se mais fragmentado ainda com o aparecimento do PRD (Partido de Renovação Democrática) do general Eanes. Depois, de um modo bastante abrupto, os eleitores portugueses concentraram o seu apoio eleitoral em dois partidos, o PSD (Partido Social-Democrata), de centro-direita, e o PS (Partido Socialista), de centro-esquerda. Em 1995, estes dois partidos atraíram conjuntamente um total de mais de 79% dos votos válidos (contra os 58% de 1985). Este aumento ocorreu à custa do Partido Comunista (cujo apoio eleitoral declinou

³ Este indicador conta o número de partidos ponderados pela dimensão do partido. V. Laakso, Markku e Taagepera, Rein (1979), «Effective Number of Parties: A Measure with Application to West Europe», in *Comparative Political Studies*, 12, 1, Abril, pp. 3-27.

Número efectivo de partidos, 1945-1996

[QUADRO N.º 6]

1.º período		2.º período		3.º período		1945-1996	
				Itália (1992-96) . . .	6,13	Suíça	5,24
						Bélgica	5,05
						Finlândia	5,03
						França IV	4,87
						Holanda	4,65
						Dinamarca	4,51
						Itália (1946-96) . . .	4,16
Portugal (1976-80) . .	3,80	Portugal (1980-87) .	3,97			Islândia	3,72
Itália (1946-79) . . .	3,53	Itália (1979-92) . . .	3,89			França V	3,43
						Luxemburgo	3,36
						Noruega	3,35
						Suécia	3,33
						Portugal (1976-95) .	3,33
						Japão	3,08
Espanha (1977-82) . .	2,86			Espanha (1989-96) . .	2,75	Irlanda	2,84
		Espanha (1982-89) . .	2,68			Espanha (1977-96) .	2,76
						Alemanha	2,64
						Austrália	2,50
						Áustria	2,48
						Canadá	2,37
				Portugal (1987-95) . .	2,38		
				Grécia (1989-96) . . .	2,32	Grécia (1974-96) . .	2,20
Grécia (1974-81) . . .	2,04	Grécia (1981-89) . . .	2,12			Reino Unido	2,11
						Nova Zelândia	1,96
						Estados Unidos	1,93

de 17-19% no início dos anos 80 para menos de 9% em 1995), do conservador CDS (que durante este período declinou de 12-16% para 9%) e do PRD (entretanto extinto). Uma vez mais, estas mudanças levaram Portugal do extremo consensual para o extremo maioritário do espectro, para uma posição na escala não muito distante dos sistemas partidários eminentemente maioritários da Grã-Bretanha, Nova Zelândia e Estados Unidos.

De um modo geral, estas mudanças radicais relativamente ao grau de fragmentação do sistema partidário são provocadas por alterações à lei eleitoral — isto é, pela adopção de regras de distribuição de assentos parlamentares que reduzem a representação dos pequenos partidos e aumentam a percentagem de assentos atribuída aos partidos mais fortes. Contudo, no caso de Portugal, esta transformação do sistema partidário ocorreu sem que se verificasse uma alteração significativa da lei eleitoral. Além disso, como podemos ver no quadro n.º 7, o sistema eleitoral português foi sempre moderadamente proporcional, sem distorcer excessivamente a tradução de votos populares em assentos parlamentares. A *taxa* de desproporcionalidade eleitoral de Portugal (usando o índice de desproporcionalidade de «quadra-

Desproporcionalidade eleitoral, 1945-1996

[QUADRO N.º 7]

1.º período		2.º período		3.º período		1945-1996	
Grécia (1974-81) . .	14,69					França V	11,84
						Canadá	11,72
Espanha (1977-82)	10,27					Nova Zelândia . . .	11,11
						Reino Unido	10,33
						Austrália	8,94
		Grécia (1981-89) . .	7,74			Espanha (1977-96).	8,15
		Espanha (1982-89).	7,47	Espanha (1989-96) .	7,19	Grécia (1974-96) . .	8,08
				Itália (1992-96) . .	6,11		
				Portugal (1987-95).	5,40	Estados Unidos . .	5,33
				Grécia (1989-96) . .	4,94	Japão	5,30
						Noruega	4,93
						França IV	4,38
						Islândia	4,25
						Portugal (1976-95).	4,04
Portugal (1976-90).	3,28	Portugal (1980-87).	3,19			Itália (1946-96) . .	3,49
						Irlanda	3,45
Itália (1946-79) . .	2,84	Itália (1979-92) . .	2,58			Luxemburgo	3,26
						Bélgica	3,24
						Finlândia	2,93
						Alemanha	2,58
						Suíça	2,53
						Áustria	2,47
						Suécia	2,09
						Dinamarca	1,83
						Holanda	1,30

dos mínimos» de Michael Gallagher)⁴ é de apenas 4,04 — não está, portanto, muito longe dos 3,5 do sistema eleitoral da primeira república italiana, que produziu um sistema eleitoral extremamente fragmentado. A taxa de desproporcionalidade de Portugal corresponde a metade das taxas de desproporcionalidade dos sistemas eleitorais espanhol e grego e é muito inferior às do Reino Unido, Nova Zelândia e Canadá (que nesta escala variam entre os 10,3 e os 11,8). Dado o grande número de deputados eleitos por cada distrito, esta lei eleitoral não amplifica substancialmente as maiorias do voto popular em maiorias parlamentares, pelo que não pode servir-nos para explicar a predominância dos governos maioritários de partido único que se verificou a partir de 1987.

⁴ Este valor é calculado pela *elevação ao quadrado* da diferença entre a percentagem de votos recebidos e a percentagem de assentos parlamentares conquistados por cada partido; depois pela soma de todas as diferenças *elevadas ao quadrado* de todos os partidos; seguidamente pela divisão por 2 do resultado; e, finalmente, pelo cálculo da raiz quadrada desse número. Este índice de desproporção de «quadrados mínimos» foi concebido por Michael Gallagher e publicado pela primeira vez no artigo «Proportionality, disproportionality and electoral systems», in *Electoral Studies*, 10, #1, Março de 1991, pp. 33-51. Uma alteração deste índice foi pela primeira vez sugerida em Arend Lijphart (1994), *Electoral Systems and Party Systems: A Study of Twenty-Seven Democracies, 1945-1990*, Oxford, Oxford University Press, pp. 60-62.

Assim, aquilo que emerge desta avaliação comparativa das principais características institucionais da democracia portuguesa é uma acentuada mudança de governos multipartidários, instáveis e fragmentados para uma alternância entre dois partidos em lados opostos da tradicional divisão esquerda/direita, cada um dos quais com suficiente apoio parlamentar para formar governos de partido único que se têm revelado extremamente duradouros. A resposta à questão «como pode ter acontecido isto?» não deverá ser encontrada ao nível macro ou institucional da política portuguesa, e o fenómeno não pode ser atribuído à causa mais comum dos desenvolvimentos deste género — a revisão da lei eleitoral. Do mesmo modo, não podemos concluir que existem quaisquer marcas duradouras e facilmente identificáveis da revolução portuguesa nas instituições políticas centrais do actual regime — as instituições que examinámos evoluíram substancialmente ao longo dos anos, colocando Portugal em plena linha dominante das democracias estabelecidas do Ocidente europeu, não obstante a natureza extremamente invulgar da transformação política do país. Pelo contrário, a resposta à questão relativa ao modo como ocorreu esta substancial mudança política deverá ser encontrada ao nível das massas da sociedade portuguesa — especificamente, na vincada alteração do comportamento de voto que concentrou o apoio eleitoral nos dois maiores partidos, permitindo níveis invulgarmente elevados de volatilidade *interblocos*. A meu ver, estes padrões estão intimamente ligados à base social-estrutural bastante superficial do partidarismo em Portugal, o qual, por seu turno, é em parte um resultado de longo prazo do processo revolucionário de mudança política do país.

PADRÕES DE COMPORTAMENTO ELEITORAL

Para podermos avaliar as características mais distintivas do comportamento político da população portuguesa devemos avançar para um novo indicador que poderá servir-nos como linha de base para uma comparação com outras democracias. O nosso ponto de partida é o indicador clássico da volatilidade eleitoral — ou seja, a magnitude das mudanças líquidas entre partidos de uma eleição para outra. Já fizemos notar que a característica mais notável da transformação da democracia portuguesa foi uma mudança ao nível dos padrões de voto, que conduziu a uma mudança de macronível em que o multipartidarismo fragmentário e a instabilidade governamental deram lugar, a partir de 1987, a governos estáveis de partido único. Como podemos ver no segmento superior do quadro n.º 8, a magnitude global desta mudança foi deveras impressionante. As eleições portuguesas de 1987 produziram a quinta mais maciça mudança líquida de votos na Europa ocidental desde 1945. A sua taxa de volatilidade eleitoral, de 23,4, é apenas ultrapassada pela da Espanha em 1982, pela da Itália em 1994, pela da Grécia em 1981 e pela da França em 1958. Esta mudança do comportamento eleitoral em Portugal, que teve início em 1987, revelar-se-á ainda mais claramente se examinarmos a sua volatilidade *interblocos*, medida pelas mudanças de preferência eleitoral entre partidos situados nos dois lados opostos da tradicional

divisão esquerda/direita nos regimes da Europa ocidental (apresentadas no segmento inferior do quadro n.º 8). De facto, as eleições portuguesas de 1987 e 1995 produziram duas das três mais voláteis eleições desde a segunda guerra mundial no que respeita a fluxos de votos interblocos. É esta característica ao nível das massas que sustenta a alternância entre os governos de partido único do PSD e do PS durante este período. Como explicar esta elevada volatilidade e, em especial, a volatilidade interblocos?

A causa mais provável deste fenómeno é a idade do próprio sistema partidário. Devido à relativa ausência de fidelidades partidárias estáveis entre os votantes (um resultado da juventude dos partidos) e à fragilidade dos recém-criados alicerces

As mais voláteis eleições europeias, 1945-1998

[QUADRO N.º 8]

País	Volatilidade total	Anos
Espanha	42,3	1979-82
Itália	41,9	1992-94
Grécia	26,7	1977-81
França	26,7	1956-58
Portugal	23,4	1985-87
Itália	22,8	1946-48
Portugal	22,5	1983-85
Grécia	22,3	1974-77
Alemanha Federal	21,2	1949-53
Dinamarca	21,2	1971-73
	Volatilidade interblocos	Anos
Grécia	23,5	1977-81
Portugal	15,4	1985-87
Portugal	13,8	1991-95
Grécia	13,7	1974-77
Itália	12,9	1946-48
Suécia	10,8	1988-94
Grã-Bretanha	10,3	1992-97
Alemanha	8,1	1990-94
Itália	7,5	1994-96
Finlândia	7,2	1991-95
Bélgica	7,2	1945-49
Alemanha Federal	6,8	1949-53
Espanha	6,7	1979-82
Portugal	6,6	1975-76
Itália	6,6	1994-96
França	6,3	1978-76
Áustria	6,0	1945-49
Itália	5,8	1992-94
Itália	5,2	1987-92
Holanda	5,3	1945-48
Itália	4,5	1972-76

Fonte: V. quadro n.º 4.1.

institucionais e organizacionais da estabilidade eleitoral, não nos surpreende descobrir que os novos sistemas partidários são caracterizados por elevados níveis de volatilidade eleitoral. Em conformidade com esta afirmação, descobrimos que entre as dez mais voláteis eleições do pós-guerra se encontram as eleições gregas e espanholas de 1981 e 1982 e as eleições italianas e alemãs de 1948 e 1953. Mas isto falha completamente enquanto explicação para os elevados níveis de volatilidade interblocos registada em Portugal pela primeira vez nas eleições de 1987 (que se realizaram mais do que uma década depois do estabelecimento da democracia e do sistema partidário) e repetida nas eleições de 1995 — duas décadas após a criação dos quatro principais partidos portugueses.

A fragilidade organizacional dos partidos políticos portugueses poderá ser um dos factores que contribuem para a volatilidade eleitoral. Em conformidade com esta hipótese organizacional, os dados apresentados no quadro n.º 9 indicam que os partidos portugueses ficam bem atrás dos de diversas outras democracias ocidentais em termos do total de filiados. Em 1990, o número de filiados nos partidos portugueses equivalia a apenas 4,5% de todos os votantes — um valor muito inferior aos 22% da Áustria, aos 13% da Finlândia e aos 10% da Itália nesse mesmo ano. A meu ver, contudo, isto faz parte de uma tendência mais ampla que se verifica entre os partidos da Europa ocidental — especificamente, a emergente preponderância de partidos *catch-all* e o declínio dos partidos *de bases muito alargadas* —, não se tratando, pois, de um fenómeno peculiar a Portugal. De facto, o rácio de filiação partidária em Portugal é ligeiramente mais elevado do que o da Alemanha (cujo eleitorado não se tem revelado especialmente volátil) e significativamente mais elevado do que o da Grã-Bretanha, onde a filiação partidária declinou precipitosamente ao longo das duas últimas décadas. Não obstante, em muitas democracias da Europa ocidental, o enfraquecimento das bases organizacionais dos partidos pode estar a minar progressivamente uma das fontes tradicionais da estabilidade eleitoral. O facto de os partidos portugueses (com a notável excepção do Partido Comunista) terem sido fundados numa época em que esta tendência era já dominante na Europa ocidental poderá sugerir que o comportamento eleitoral em Portugal terá simplesmente antecipado determinadas tendências de voto que entretanto se tornaram mais pronunciadas noutras áreas da Europa.

Não obstante, o extremamente elevado e *crecente* nível de volatilidade interblocos em Portugal representa uma intrigante anomalia — uma anomalia que, como já vimos, tem tido um profundo impacto sobre a natureza fundamental da democracia portuguesa. Esta elevada volatilidade interblocos distingue também claramente a natureza das mudanças eleitorais em Portugal das mudanças na Itália e em Espanha, mas não na Grécia. Como vimos no quadro n.º 8, embora a Espanha e a Itália tenham registado as mais voláteis eleições do período do pós-guerra, a componente interblocos dessas mudanças eleitorais foi extremamente reduzida — equivalendo, respectivamente, a apenas 6,6 e 6,7, ou seja, menos de metade da volatilidade interblocos das eleições portuguesas de

Taxas de filiação partidária numa selecção de países europeus, 1970-1996

[QUADRO N.º 9]

País	1970	1975	1983	1990	1993-1996
Áustria	25,9	25,6	24,1	21,8	–
Finlândia	17,1	15,3	14,0	12,9	–
Itália	12,3	10,5	9,4	9,6	6,2 (1996)
Grã-Bretanha	8,0	5,9	3,9	3,3	–
Alemanha Federal	3,1	4,5	4,5	4,2	–
Grécia	–	1,7	7,5	7,0	6,6 (1996)
Portugal	–	3,5	6,0	4,5	–
Espanha	–	1,7	1,9	2,0	1,7 (1993)

Fontes: Grécia, Itália e Espanha, para os anos de 1993 e 1996, sondagens do *Comparative National Elections Project*; para os outros anos, Morlino, *Parties and Democratic Consolidation*, pp. 332-338; para os outros países, Richard S., Katz e Peter Mair *et. al.* (1992), «The membership of political parties in European democracies, 1960-1990», in *European Journal of Political Research*, n.º 22, pp. 334-345.

1987 e 1995. Num estudo mais aprofundado sobre os alicerces da estabilidade eleitoral, José Ramón Montero e eu concluímos que as respostas a estes enigmas deverão ser encontradas na relação mais ou menos estreita entre as preferências partidárias do eleitorado e as principais clivagens sociais que dividem estas sociedades, um fenómeno que Mair e Bartolini designam por «encapsulação de clivagem». A dinâmica fundamental desta relação surge adequadamente sumariada na seguinte afirmação de Barnes *et. al.*:

A existência de ligações estreitas entre os interesses políticos subjectivos ou objectivos e determinadas classes sociais ou outros grupos pode intensificar a formação de laços entre os indivíduos e os partidos. De facto, o partidarismo social pode conduzir ao estabelecimento de padrões de estabilidade eleitoral mesmo sem que se registe um aumento de vínculos partidários, no sentido em que as influências sociais exercidas por fontes sindicais ou eclesíásticas, ou simplesmente pela consciência de classe em determinadas situações, podem ser suficientes para condicionarem os resultados eleitorais sem que se verifique o desenvolvimento de uma forte identificação pessoal com os partidos políticos. As influências sindicais, religiosas e sociais, entre outros factores possíveis, parecem ter encorajado a estabilidade eleitoral na Alemanha, na Áustria e na Itália, por exemplo, sem que se observe aí um correspondente nível elevado de filiação partidária⁵.

Para alcançar primeiro a conclusão da nossa história, Montero e eu concluímos que a principal razão para os níveis reduzidos de volatilidade interblocos

⁵ Samuel Barnes, Peter McDonough e Antonio López Pina (1985), «The development of partisanship in new democracies: the case of Spain», in *American Journal of Political Science*, n.º 29, pp. 695-720.

dos eleitorados espanhol e italiano é a existência de um elevado grau de *ancoragem social-estrutural dos blocos políticos* — um fenómeno que envolve em grande medida as inter-relações entre as classes sociais, as divisões religiosas e políticas das sociedades espanhola e italiana e o seu claro alinhamento com os partidos políticos e os padrões de preferência partidária. Inversamente, os elevados níveis de volatilidade interblocos que caracterizam os eleitorados grego e português são o resultado de uma fraca *ancoragem social-estrutural dos blocos políticos*. Esta fragilidade é especialmente pronunciada entre os apoiantes dos dois principais partidos portugueses, o PSD e o Partido Socialista.

Vejam agora até que ponto o partidarismo em Portugal (em comparação com uma série de outras democracias europeias) se encontra ligado ou enraizado nas clivagens sociais, religiosas e políticas da população. Esta análise baseia-se numa série de equações *Probit* paralelas para cada país. A variável dependente nesta análise de dados de estudos de opinião é a recordação de voto em eleições anteriores (excepto para o caso de Portugal em 1993, em que a variável utilizada é a da intenção de voto). As variáveis independentes incluem diversas medidas de posição social objectiva e subjectiva, filiação em sindicatos, religiosidade e ligação a associações religiosas, bem como a proximidade dos inquiridos aos partidos do *continuum* esquerda/direita. Os valores apresentados nos quadros seguintes são as R^2 produzidas pela combinação das variáveis independentes incluídas na equação, representando a percentagem de variabilidade eleitoral explicada por essas variáveis. Apresentarei também uma « R^2 incremental», que representa o valor da variabilidade explicada pela adição de cada nova variável introduzida na equação.

A primeira equação cujos resultados iremos explorar inclui, como variáveis independentes, três indicadores objectivos de classe económica ou social — estatuto profissional, rendimento e estatuto enquanto trabalhador por conta de outrem ou trabalhador por conta própria. Como podemos ver no quadro n.º 10, em 1983, a relação entre a posição social objectiva e o voto em Portugal foi de expressão moderada. No conjunto, a estimativa ponderada para os quatro maiores partidos portugueses indica que cerca de 11% dos votos eram explicados por estas variáveis, o que coloca Portugal mais ou menos ao centro da lista de sistemas democráticos examinados neste estudo. Não nos surpreende que a relação mais forte entre a classe social e o voto associe o Partido Comunista ao apoio da classe trabalhadora — explicando 14% dos votos no PCP. Contudo, em 1993, a base social do voto em Portugal declinou precipitosamente para apenas 2,5% da variabilidade explicada. Este enfraquecimento é de algum modo surpreendente, já que na primeira metade dos anos 80 Portugal apresentava a mais desigual distribuição de riqueza e a mais polarizada estrutura social de todos os países abrangidos por este estudo.

Classe económica objectiva: pseudo-R² cumulativa

[QUADRO N.º 10]

País/ano	Esquerda		Partidos			Direita		Média ponderada R ²	
Áustria 71		SPö 0,25		FPö 0,13		öVP 0,24		0,248	
Finlândia 72	SKDL 0,31	SDP 0,26		LKP 0,23	KEK 0,34	KOK 0,20		0,243	
Espanha 82	PCE 0,19	PSOE 0,19				AP 0,23		0,170	
Grã-Bretanha 87		Lab 0,16		SPD/Lib 0,12		Cons 0,21		0,163	
Espanha 93	IU 0,03	PSOE 0,16				PP 0,12		0,127	
Grã-Bretanha 70		Lab 0,12		Lab ^{0,10} 0,06		Cons 0,12		0,120	
Portugal 83	PCP 0,14		PS 0,11		PSD 0,09	CDS 0,11		0,110	
Alemanha Federal 72		SPD 0,07		FDP 0,08		CDU/CSU 0,12		0,073	
Itália 83	PCI 0,10	PSI 0,04						0,056	
Espanha 79	PCE 0,05	PSOE 0,05		UCD 0,06		AP 0,20		0,064	
Itália 72	PCI 0,10	PSI* 0,08	PSDI ^{0,02} 0,08	PRI* 0,04	DC 0,04	PLI* 0,02	MSI* 0,02	0,044	
Itália 96	Rif.C. 0,07	PDS 0,02		PPI ^{0,01} 0,04		Lega 0,07	FI ^{0,01} 0,02	AN 0,03	0,027
Portugal 93	PCP 0,08		PS 0,03			PSD 0,03	PP ^{0,01} 0,05	0,025	
Estados Unidos 92			Dem 0,01			Rep 0,01		0,012	
Grécia 81	KKE ^{0,01} 0,01		PASOK 0,01				ND 0,01	0,006	
Estados Unidos 72			Dem*		Rep*			–	
Grécia 96	KKE ^{0,01} 0,07	Left*	PASOK*				ND*	–	

Todos os dados são significativos ao nível 0,001, a não ser que indicado de outro modo.

* Denota que não são significativos ao nível 0,10.

Mesmo quando reunimos neste estudo todas as variáveis de classe social, descobrimos que a força da relação não é muito expressiva. O quadro n.º 11 apresenta os resultados de uma análise *Probit* que incluiu as atrás mencionadas três variáveis de classe objectivas, bem como a identificação de classe subjectiva e a filiação sindical. A adição destas duas últimas variáveis relacionadas com a classe social fez aumentar a percentagem da variabilidade explicada para 18% de todos os votos expressos para os quatro maiores partidos em 1983, o que, contudo, continua a situar Portugal junto ao centro da lista de países analisados. Não nos surpreende que os votos no PCP estivessem mais fortemente ligados a estas variáveis de classe, que explicam 34% dos votos no Partido Comunista nesse ano. Infelizmente, o conjunto de dados de 1993 utilizado nesta análise não incluía a variável de «classe social subjectiva», pelo que as eleições portuguesas não puderam ser incluídas aqui. Se pretendêssemos especular sobre qual seria a classificação de Portugal em 1993 utilizando apenas a mesma R^2 incremental para a variável de classe subjectiva que obtivemos para 1983, descobriríamos, provavelmente, que apenas 7% da variabilidade dos votos para os quatro maiores partidos eram explicados pela combinação de todos estes factores. Trata-se de um valor notavelmente reduzido, que situa até Portugal numa posição inferior à dos Estados Unidos em 1992.

O segundo importante factor social/estrutural cujo impacto sobre a política iremos examinar é o da religiosidade. O quadro n.º 12 representa o contributo incremental para a R^2 resultante da introdução na equação precedente de duas variáveis relativas ao envolvimento religioso dos inquiridos: declaração de frequência de assistência a serviços religiosos (excepto para a Grã-Bretanha, onde foi utilizada uma medida diferente) e ligação a associações religiosas⁶. Estes dados revelam claramente que a religiosidade teve o seu mais forte impacto no voto em Itália e na Espanha nos anos 70 e 80, seguidas pela Áustria e pela Alemanha Ocidental (v. quadro n.º 12). Estes dados revelam também um dramático decréscimo da importância política da religiosidade em Itália após o realinhamento do sistema partidário de 1994. Se bem que de intensidade intermédia em Portugal ao longo das décadas de 80 e 90, o impacto eleitoral da religiosidade é mais fraco do que seria de esperar, tendo em conta a acentuada distribuição bipolar do eleitorado —dividido em religiosos praticantes devotos, por um lado, e não crentes por outro (que representam uma potencial clivagem religiosa na sociedade portuguesa) — e a importância da religião para um segmento substancial da população portuguesa.

⁶ De modo a reduzir o impacto da *co-linearidade múltipla*, sempre que a relação de ordem-zero entre a ligação a grupos religiosos e o voto era estatisticamente insignificante, a variável da ligação a grupos religiosos era removida da equação. No caso britânico, a primeira variável era a ligação à Igreja anglicana *versus* outra (católica, não crente, judaica, ou outras denominações protestantes).

Todas as variantes de classe social: pseudo-R² cumulativa

[QUADRO N.º 11]

País/ano	Esquerda		Partidos			Direita	Média ponderada R ²
Finlândia 72	SKDL 0,54	SDP 0,48	LKP 0,44	KEK 0,47	KOK 0,46		0,475
Áustria 71		SPö 0,30	FPö 0,20		öVP 0,30		0,306
Espanha 82	PCE 0,49	PSOE 0,29			AP 0,35		0,270
Grã-Bretanha 87		Lab 0,26	SPD/Lib 0,17		Cons 0,34		0,264
Grã-Bretanha 70		Lab 0,26	Lib 0,12		Cons 0,27		0,257
Espanha 79	PCE 0,28	PSOE 0,17	UCD 0,24		AP 0,37		0,231
Portugal 83	PCP 0,34	PS 0,14		PSD 0,15	CDS 0,19		0,178
Alemanha Federal 72		SPD 0,18	FDP 0,14		CDU/CSU 0,19		0,175
Espanha 93	IU 0,09	PSOE 0,19			PP 0,17		0,157
Itália 72	PCI 0,22	PSI 0,07	PSDI 0,09	DC 0,13		MSI ^{0,01} 0,17	0,142
Itália 83	PCI 0,22	PSI 0,06	PSDI* 0,24	PRI DC 0,11	PLI 0,21	MSI 0,06	0,098
Estados Unidos 92			Dem 0,09		Rep 0,09		0,094
Estados Unidos 72			Dem 0,07		Rep 0,07		0,065
Grécia 81	KKE 0,17		PASOK*			ND 0,04	0,035
Grécia 96	KKE 0,22	Left*	PASOK*			ND*	0,035 ^{0,10}

Todos os dados são significativos ao nível 0,001, a não ser que indicado de outro modo.

* Denota que não são significativos ao nível 0,10.

Os dados portugueses de 1993 e os dados italianos de 1996 foram excluídos deste quadro, já que não incluem a variável da «consciência de classe». Se o nível de consciência de classe fosse o mesmo que o do período anterior, a média ponderada da R² de Portugal em 1993 seria de cerca de 0,07 e a da Itália em 1993 de cerca de 0,11.

Religiosidade: pseudo-R² incremental

[QUADRO N.º 12]

País/ano	Esquerda		Partidos			Direita		Média ponderada R ²	
Itália 72	PCI 0,29	PSI 0,17	PSDI*	DC 0,35		MSI 0,02	0,257		
Itália 83	PCI 0,28	PSI 0,13	PSDI ^{0,05}	PRI 0,03	DC 0,27	PLI 0,04	MSI ^{0,01} 0,02	0,224	
Espanha 82	PCE 0,16	PSOE 0,18				AP 0,21	0,206		
Áustria 71		SPö 0,15		FPö 0,04		öVP 0,18	0,148		
Espanha 79	PCE 0,11	PSOE 0,08		UCD 0,20		AP 0,21	0,145		
Alemanha Federal 72		SPD 0,13			FDP*	CDU/CSU 0,18	0,132		
Portugal 93	PCP 0,21		PS 0,06			PSD 0,08	PP 0,17	0,099	
Portugal 83	PCP 0,19		PS 0,03		PSD 0,06		CDS 0,07	0,062	
Estados Unidos 92			Dem 0,06			Rep 0,06	0,058		
Espanha 93	IU 0,20	PSOE 0,02				PP 0,08	0,051		
Grécia 81	KKE*		PASOK 0,04			ND 0,06	0,054		
Grã-Bretanha 70		Lab 0,05		Lib 0,06		Cons 0,04	0,048		
Itália 96	Rif.C 0,16	PDS 0,05	PPI 0,05			Lega 0,03	FI 0,04	AN 0,02	0,041
Grã-Bretanha 87		Lab 0,04		SPD/Lib 0,02			Cons 0,04	0,035	
Finlândia 72	SKDL 0,02	SDP 0,03		LKP 0,06	KEK 0,03		KOK 0,03	0,019	
Estados Unidos 72			Dem 0,02			Rep 0,02	0,015		
Grécia 96	KKE 0,02	Left		PASOK*			ND ^{0,01} 0,02	0,010 ^{0,10}	

Todos os dados são significativos ao nível 0,001, a não ser que indicado de outro modo.

* Denota que não são significativos ao nível 0,10.

O quadro n.º 13 apresenta um sumário do impacto sobre o comportamento eleitoral de todas as variáveis sociais-estruturais combinadas — religião e classe social, incluindo todas as medidas objectivas, subjectivas e *associacionistas*. O quadro pode ser entendido como um grande resumo dos graus de *ancoragem social-estrutural do partidarismo* nesta amostra de democracias modernas⁷. Note-se que, nos anos 70 e 80, os sistemas partidários da Itália e da Espanha se classificavam a par dos da Finlândia e da Áustria em termos de ancoragem social-estrutural da estabilidade eleitoral interblocos. De facto, o AP, o PCE (em 1982) e o PCI encontravam-se entre os partidos com as mais fundas raízes sociais-estruturais da Europa ocidental. Em contraste, o eleitorado português revela um nível relativamente reduzido de ancoragem social-estrutural do partidarismo, e na Grécia essa ancoragem é praticamente nula. No caso grego, isto não nos surpreende, tendo em conta a ausência de uma clivagem religiosa significativa e a aparente superficialidade das clivagens económicas. No caso português, contudo, estamos claramente perante uma anomalia que merece uma análise mais pormenorizada, particularmente à luz da profundidade das clivagens sociais e religiosas da sociedade portuguesa.

Os valores apresentados no quadro n.º 13 representam um resumo do impacto da *ancoragem social-estrutural dos blocos* destes eleitorados — ou seja, o grau de relutância dos votantes de esquerda em mudarem o seu apoio eleitoral para um partido de centro ou de direita, e vice-versa. Os resultados desta análise revelam-se em perfeita conformidade com os padrões de volatilidade interblocos que examinámos no início desta secção. Até aos anos 90, o partidarismo em Itália e Espanha revelava uma elevada ancoragem social-estrutural, ao contrário de Portugal e da Grécia. Esta situação está em conformidade com as observações anteriores (v. quadro n.º 8) de que tanto a Grécia como Portugal experimentaram níveis extremamente elevados de volatilidade interblocos. Está ainda em conformidade com a nossa descoberta de que (não obstante o facto de os sistemas partidários espanhol e italiano terem experimentado as duas mais voláteis eleições do século XX) os seus níveis de volatilidade interblocos se têm revelado surpreendentemente reduzidos — ou seja, os votantes limitaram-se a mudar as suas preferências para outros partidos dentro do mesmo bloco.

⁷ Deverá notar-se que, para alguns pequenos partidos (o UDC em 1982, o PRI, o PSDI e o PLI em 1972), a inclusão de demasiadas variáveis nesta equação final impediu a sua *conclusão pela 12.ª iteração*. Isto resulta do pequeno número de casos a serem explicados, bem como da *co-linearidade múltipla* interactiva entre algumas das variáveis independentes e do número excessivo de graus de liberdade resultantes da inclusão de mais variáveis do que aquelas que poderiam ser suportadas pelo número insignificante de casos.

Todas as variáveis sociais-estruturais: pseudo-R² cumulativa

[QUADRO N.º 13]

País/ano	Esquerda		Partidos			Direita		Média ponderada R²
Finlândia 72	SKDL 0,52	SDP 0,51	LKP 0,50	KEK 0,50	KOK 0,50			0,494
Áustria 71		SPö 0,45	FPö 0,50	SKDL 0,52	öVP 0,50			0,454
Espanha 82	PCE 0,60	PSOE 0,48			AP 0,56			0,409
Itália 72	PCI 0,50	PSI 0,24		DC 0,48		MSI 0,18		0,399
Espanha 79	PCE 0,39	PSOE 0,24		UCD 0,60		AP 0,58		0,376
Itália 83	PCI 0,50	PSI 0,19	PSDI 0,15	PRI 0,27	DC 0,60	PLI 0,25	MSI ^{0,01} 0,60	0,322
Alemanha Federal 72		SPD 0,31		FDP 0,14		CDU/CSU 0,37		0,307
Grã-Bretanha 70		Lab 0,31		Lib 0,17		Cons 0,32		0,305
Grã-Bretanha 87		Lab 0,30		SPD/Lib 0,19		Cons 0,38		0,299
Portugal 83	PCP 0,53		PS 0,17		PSD 0,21		CDS 0,26	0,240
Espanha 93	IU 0,30	PSOE 0,19					PP 0,25	0,189
Estados Unidos 92			Dem 0,15				Rep 0,15	0,152
Portugal 93	PCP 0,37		PS 0,09		PSD 0,13	PP 0,24		0,147
Itália 96	Rif.C. 0,29	PDS 0,19	PPI 0,11		Lega 0,13	FI 0,11	AN 0,15	0,119
Grécia 81	KKE 0,17		PASOK 0,07				ND 0,10	0,095
Estados Unidos 72			Dem 0,08		Rep 0,08			0,080
Grécia 96	KKE 0,24	Left 0,13		PASOK*			ND ^{0,01} 0,04	0,022 ^{0,05}

Todos os dados são significativos ao nível 0,001, a não ser que indicado de outro modo.

* Denota que não são significativos ao nível 0,10.

Dedicaremos agora alguma atenção ao grau de ancoragem dos votos em blocos diferenciados entre si pela clivagem esquerda/direita. Se as designações esquerda/direita dos partidos e dos votantes individuais são generalizadas, estáveis e importantes em termos de opção de voto, poderemos então afirmar que o apoio aos partidos permanecerá estável ao longo do tempo, mesmo na ausência de uma substancial ancoragem social-estrutural do partidarismo. Por conseguinte, o passo seguinte na nossa análise é adicionar uma medida de proximidade esquerda/direita à equação *Probit* que inclui todas as variáveis sociais-estruturais combinadas, de modo a podermos determinar até que ponto a distância esquerda/direita contribui para a nossa capacidade de prevermos o comportamento eleitoral com precisão. Como podemos ver no quadro n.º 14, verifica-se uma ampla variabilidade em termos do impacto *incremental* sobre a opção de voto (isto é, depois de tomarmos em consideração os factores sociais-estruturais acima indicados) desta variável de distância mínima esquerda/direita⁸. A mais notável descoberta desta etapa da análise foi a de que, não obstante a ausência de uma polarização partidária em conformidade com as linhas da clivagem social (estatuto económico, classe social subjectiva e religiosidade), o eleitorado grego se revelou claramente cristalizado de acordo com as linhas ideológicas ou de esquerda/direita. Em menor grau, este simples modelo de distância mínima explica também parcialmente o comportamento dos votantes italianos e portugueses.

O quadro n.º 15 apresenta os resultados de uma medida de «grande resumo» do grau de ancoragem social-estrutural e esquerda/direita do partidarismo. Estes dados medem a percentagem de variabilidade do comportamento eleitoral que é «explicada» por estes factores ideológicos e sociais-estruturais relativamente estáveis. Quanto a isso, o leque de diferenças entre os sistemas partidários da Europa meridional é bastante alargado. Num dos extremos encontramos Portugal, a Grécia e, em 1979, a Espanha: nestes casos, entre 44% e 37% dos votos *não são explicados* por estas características estabilizadoras, ou seja, por outras palavras, não se encontram «disponíveis» para conquista pelos partidos rivais. O realinhamento maciço do sistema partidário que teve lugar em Espanha em 1982, bem como os níveis relativamente elevados de volatilidade total e volatilidade interblocos que se registaram repetidas vezes na Grécia e em Portugal, surgem em conformidade com estas descobertas. Inversamente, no seguimento do realinhamento do sistema partidário de 1982, o eleitorado espanhol tornou-se fortemente ancorado nestes factores sociais-estruturais e ideológicos. À luz destes dados, não nos surpreende a relutância que o eleitorado espanhol teve em abandonar o PSOE em favor do Partido Popular. Aquilo que é, de algum modo, surpreen-

⁸ Esta variável foi calculada enquanto valor absoluto do autoposicionamento do inquirido no *continuum* esquerda/direita menos o posicionamento do partido relevante.

Esquerda/direita: pseudo-R² incremental

[QUADRO N.º 14]

País/ano	Esquerda		Partidos			Direita		Média ponderada R ²
Grécia 96	KKE 0,40	Left 0,42	D.Soc. 0,39	PASOK 0,58		Pol.An. 0,40	ND 0,56	0,534
Itália 96	Rif.C 0,48	PDS 0,53	PPI 0,31	Lega FI 0,41 0,63		AN 0,59		0,527
Grécia 81	KKE		PASOK 0,44			ND 0,56		0,486
Portugal 93	PCP 0,45		PS 0,35		PSD PP 0,56 0,43			0,440
Espanha 93	IU 0,44		PSOE 0,36			PP 0,46		0,405
Itália 83	PCI 0,31	PSI 0,25	PSDI* 0,33	PRI 0,33	DC 0,26	PLI	MSI 0,62	0,320
Portugal 83	PCP 0,28		PS 0,26		PSD 0,40	CDS 0,39		0,307
Espanha 82	PCE 0,20		PSOE 0,22			AP 0,24		0,226
Espanha 79	PCE 0,22	PSOE 0,19	UCD 0,21		AP*			0,206

Todos os dados são significativos ao nível 0,001.

* Denota que a equação não convergiu.

dente é o facto de o fortalecimento da ancoragem esquerda/direita em Itália ter compensado em absoluto o colapso da estruturação social do partidarismo que apontámos no quadro n.º 13. O efeito líquido do aumento da estabilização esquerda/direita do comportamento eleitoral tanto em Espanha como em Itália parece ter vindo compensar o declínio da ancoragem social-estrutural em ambos os países nos anos 90. É de notar que estes padrões surgem em perfeita conformidade com os níveis de volatilidade interblocos em cada uma das democracias da Europa meridional. Similarmente, os níveis extremamente baixos da ancoragem de blocos do partidarismo em Portugal ajudam-nos a compreender a propensão dos votantes portugueses, a partir de 1987, para mudarem o seu apoio eleitoral de um lado para o outro da divisão esquerda/direita.

Isto é demonstrado de modo conclusivo no quadro n.º 16, que exclui da análise os apoiantes de todos os partidos, excepto os dos principais partidos rivais (isto é, o PSD e o PS em Portugal, o PSOE e o PP em Espanha, o PASOK

Variáveis esquerda/direita mais sociais-estruturais:
pseudo-R² cumulativa

[QUADRO N.º 15]

País/ano	Esquerda	Partidos			Direita	Média ponderada R²		
Espanha 82	PCE 0,88	PSOE 0,71			AP 0,83	0,808		
Itália 96	Rif.C. 0,77	PDS 0,72	PPI 0,43		Lega FI 0,54 0,74	AN 0,74	0,690	
Espanha 93	IU 0,73	PSOE 0,53			PP 0,56	0,657		
Itália 83	PCI 0,81	PSI 0,44	PRI	DC 0,60	PLI 0,71	MSI 0,51	0,690	
Grécia 81	KKE*		PASOK 0,51		ND 0,66		0,630	
Espanha 79	PCE 0,65	PSOE 0,45	UCD 0,68		AP*		0,584	
Grécia 96	KKE 0,64	Left 0,56	D. Soc. 0,59	PASOK 0,44		Pol. An. 0,42	ND 0,60	0,575
Portugal 93	PCP 0,82	PS 0,44			PSD 0,69	PP 0,67	0,574	
Portugal 83	PCP 0,81	PS 0,43		PSD 0,61	CDS 0,65		0,558	

* Denota que a equação não convergiu.

e o ND na Grécia), contrapondo-os. A imagem que emerge desta análise é bastante clara e parece encaixar perfeitamente nos padrões de volatilidade eleitoral atrás descritos. Os votantes gregos e portugueses apresentam uma elevada propensão para mudarem o seu voto entre os principais partidos rivais, mesmo que isso implique atravessar as fronteiras de clivagem, em grande medida porque não estão ancorados a factores sociais-estruturais, ou a posições de esquerda/direita, ou a ambas as coisas. Foi esse o caso de 41% e 50% (respectivamente) dos apoiantes portugueses dos dois principais partidos rivais nas eleições de 1983 e 1993, tal como o de 42% a 37% dos votantes gregos para estas duas opções. O mesmo poderia dizer-se a propósito dos votantes espanhóis em 1979. Em contrapartida, as barreiras entre os espanhóis PSOE e AP/PP em 1982, entre os italianos PDS e Forza Italia em 1996, especialmente entre o DC e o PCI, eram extraordinariamente elevadas. Nestes casos, entre 79% e 90% dos votantes estavam «ancorados». Inversamente, apenas 10% a 21% desses votantes estavam «disponíveis» para conquista pelos partidos rivais.

Competição entre os principais partidos de cada bloco:
pseudo-R² cumulativa

[QUADRO N.º 16]

	Portugal		Grécia		Itália		Espanha		
	1983	1993	1981	1996	1983	1996	1979	1982	1993
Classe social objectiva	0,10	0,02	0,01	0,00	0,09	0,02	0,05	0,24	0,14
Todas as variáveis de classe	0,12	0,03	0,02	0,01	0,23	0,14	0,23	0,36	0,18
Classe + religiosidade	0,15	0,09	0,07	0,01	0,56	0,19	0,39	0,56	0,22
Classe, religiosidade + esquerda/direita . . .	0,59	0,50	0,63	0,58	0,90	0,79	0,59	0,82	0,69

* Item de identificação de classe social não incluído.

A questão que agora se levanta é a seguinte: «Como explicar estas grandes diferenças transnacionais?» Uma explicação óbvia para a fraca ancoragem do partidário nas clivagens sociais seria a ausência ou forte superficialidade dessas mesmas clivagens. De facto, é essa a explicação para a fraca ancoragem de clivagem do eleitorado grego: não existe virtualmente nenhuma polarização de classes na sociedade grega (a qual, economicamente, é dominada por pequenas empresas e unidades agrícolas de carácter familiar) e a Igreja ortodoxa grega tem constituído um factor unificador e um elemento nuclear da identidade nacional grega desde a fundação do Estado grego.

Contudo, esta explicação não se aplica à fraca encapsulação de clivagem que se verifica em Portugal. Não obstante o potencial apresentado pela distribuição polarizada dos portugueses, separando os não crentes dos profundamente religiosos, a religiosidade não serviu de base a uma clivagem partidária ou ideológica em Portugal. O potencial para a polarização política de acordo com as diferenças de classe sócio-económica era ainda maior, tendo em conta as desigualdades no Alentejo, já para não falar das grandes diferenças tradicionais entre os padrões de posse da terra no Norte e no Sul do país. Certamente o extraordinário desenvolvimento económico que Portugal conheceu a partir de meados da década de 80 (estimulando um certo aburguesamento da população) reduziu em grande medida esse potencial, criando um poderoso incentivo para que os partidos (especialmente o PS e o PSD) desenvolvessem estratégias de mobilização eleitoral *catch-all*. Mas estes desenvolvimentos subsequentes não explicam a dimensão da fragilidade da encapsulação de clivagem, especialmente atendendo ao facto de que, na época em que os partidos se encontravam em processo de estabelecimento, Portugal era um país relativamente pobre, subdesenvolvido e caracterizado por uma considerável desigualdade económica.

Supomos que parte da resposta a este enigma tem que ver com as exigências de curto prazo do período revolucionário, que coincidiu, para a maior parte dos partidos portugueses, com a etapa crítica, formativa, do desenvolvimento partidário. Este invulgar ambiente desencorajou os partidos de apelarem abertamente a sectores da sociedade cujos interesses, preferências e modos de ver o mundo poderiam ter funcionado como base para fortes e

estáveis ligações aos votantes e impossibilitou a institucionalização de ligações a alguns segmentos do eleitorado de centro e de direita⁹.

Nas etapas iniciais da revolução, amplamente dominadas por forças de extrema-esquerda, nenhum partido se atreveu a apresentar-se como verdadeiramente conservador. De facto, nesta fase inicial, tanto o CDS como o PPD (precursor do PSD) foram sujeitos a hostilização por parte de esquerdistas em várias zonas do país e o Partido Democrata-Cristão (PDC) foi ilegalizado no seguimento da intentona liderada por Spínola em 11 de Março de 1975. Estas fricções impediram o desenvolvimento organizacional e as actividades de campanha, contribuindo, presumivelmente, para os resultados eleitorais desses partidos, muito mais pobres do que em qualquer outra eleição subsequente.

Além disso, durante a primeira campanha eleitoral, tanto o PPD como o CDS apresentaram-se como partidos muito mais próximos da esquerda do que o seu subsequente comportamento justificaria e do que o eleitorado português relativamente religioso e conservador teria preferido. Em parte fizeram-no para poderem sobreviver ao período de levantamento revolucionário. Richard Robinson afirma que «o PPD procurou projectar uma imagem mais esquerdista, de modo a evitar a marginalização em Lisboa e, assim, sobreviver enquanto agrupamento nacional que oferecia abrigo aos conservadores»¹⁰. Desse modo, permaneceu no governo de coligação com o PCP e o PS até meados de Julho de 1975, solicitou a filiação na Internacional Socialista (sendo rejeitado com base no argumento de que o verdadeiro partido socialista em Portugal era o PS) e emitiu apelos programáticos explicitamente social-democratas. Similarmente, o CDS — não obstante as suas ligações com a União Democrática-Cristã alemã, o apoio de muitos *retornados* de direita e as suas subsequentes posições políticas — disfarçou-se de partido centrista, apoiando a participação dos trabalhadores na indústria e defendendo a expansão dos serviços sociais e a intervenção do Estado na economia. Com o passar do tempo, ambos os partidos mover-se-iam mais para a direita: o PPD (não obstante o facto de ter adoptado o nome de Partido Social-Democrata em 1976) emergiria como um partido de centro ou de centro-direita e o CDS seria considerado um partido de direita. Contudo, no período formativo crucial das respectivas histórias, ambos se abstiveram de estabelecer bases de apoio e laços institucionais abertamente conservadores — tal como aqueles que ligavam o DC às organizações católicas em Itália — e as posições artificiais que tomaram em autodefesa durante esse período tumultuoso e incerto não foram vistas com bons olhos pelos seus potenciais apoiantes.

⁹ Entre os estudos que analisam estes eventos, v. J. R. Lewis e A. M. Williams, «Social cleavages and electoral performance: the social bases of Portuguese political parties, 1976-1983», in Pridham (ed.), *The New Mediterranean Democracies*, pp. 119-137.

¹⁰ Richard Robinson (1979), *Contemporary Portugal*, Londres, George Allen and Unwin, p. 236.

Deve notar-se que, pelo menos de um ponto de vista, a ausência de uma profunda ancoragem interblocos poderá servir um propósito útil. De facto, a «estabilização» do sistema partidário não está, em termos conceptuais, muito longe da «estagnação» e a ancoragem profunda do partidarismo pode constituir um obstáculo a uma saudável alternância no poder entre os partidos dos lados opostos da fronteira esquerda/direita. Inversamente, os partidos de oposição de centro-esquerda ou de centro-direita poderão beneficiar mais, em termos eleitorais, se a barreira que divide os dois lados do espectro político for relativamente reduzida. Quanto a este assunto, poderíamos afirmar que as grandes vitórias eleitorais do PSD de centro-direita em 1987 e 1991 foram facilitadas pelo facto de o próprio partido ter trocado a sua superficial posição à esquerda dos anos 70 pelo lado direito do *continuum* político, esbatendo desse modo a linha divisória entre a esquerda e a direita e reduzindo a importância desta divisão para o eleitorado. De uma perspectiva mais ampla, considerando o sistema partidário no seu conjunto, estes factores levaram a que Portugal experimentasse um nível muito mais elevado de volatilidade interblocos do que os sistemas partidários espanhol ou italiano dos anos 80 e 90, não obstante a magnitude dos respectivos realinhamentos.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES FINAIS

Completámos assim o ciclo na nossa análise do modo como as invulgares circunstâncias que rodearam o nascimento da democracia em Portugal podem ter afectado os aspectos mais importantes da política neste país. Começámos por fazer notar que não existem sinais óbvios de que a democracia portuguesa se tenha imobilizado numa qualquer configuração reveladora de um «cunho» único ou distintivo da revolução portuguesa. Uma vez abolido o Conselho da Revolução, e removidas das suas disposições «as conquistas da revolução» com as reformas constitucionais de 1989, a democracia portuguesa ocupou o seu lugar entre as restantes democracias da Europa ocidental, deixando de poder ser considerada excepcional. De facto, longe de «estagnarem» numa determinada configuração institucionalizada, alguns aspectos da política portuguesa sofreram uma transformação radical em meados dos anos 80. Paradoxalmente, contudo, a magnitude dessa mudança constituiu, em parte, um legado da revolução. A mudança radical de governos instáveis, multipartidários, para executivos duráveis de partido único foi possibilitada pela fraca ancoragem das preferências partidárias do eleitorado português, o qual, por sua vez, foi o resultado de restrições impostas às elites partidárias pelas invulgares circunstâncias da revolução. Estas restrições impediram algumas delas de adoptarem estratégias de mobilização e desenvolvimento partidário que poderiam ter sido mais eficazes na consolidação das suas bases de apoio.

Esta conclusão tem amplas implicações teóricas. Ao longo deste estudo sublinhámos o modo como a competição partidária está enraizada na estru-

tura social. Mas vimos também provas de que a relação entre a estrutura social, por um lado, e a estrutura da competição partidária, por outro, não é directa nem determinista. De facto, há que tomar em consideração o modo como as elites políticas formulam as suas estratégias de mobilização de voto e apresentam alternativas partidárias aos votantes. Em poucas palavras, esta análise dos padrões da política partidária em Portugal levou-nos a reafirmar o papel das elites e instituições partidárias enquanto actores independentes dentro de um contexto social em mudança.

No caso de Portugal, a volatilidade interblocos (que teve um impacto significativo na nossa anterior avaliação comparativa de determinadas características de macronível do regime democrático do país) é em parte uma consequência das actuais estratégias *catch-all* dos principais partidos, que são típicas da maior parte dos partidos das democracias ocidentais. Contudo, é também provável que estas tendências se tenham desenvolvido mais profundamente em Portugal em resultado das estratégias de mobilização adoptadas durante o período crucial da formação e institucionalização partidárias. E estas estratégias, como já dissemos, poderão ser entendidas como uma duradoura mas imprevista consequência da revolução portuguesa.

Tradução de Rui Cabral